

21 de dezembro de 2020

## INQUÉRITO À FECUNDIDADE 2019

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) divulga hoje os resultados do Inquérito à Fecundidade realizado em 2019, relativos à Região Autónoma da Madeira (RAM). Esta operação foi da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE), cabendo à DREM a sua execução a nível da RAM.

À semelhança do último inquérito à fecundidade, realizado em 2013, esta operação estatística teve como objetivo obter informação detalhada sobre o fenómeno da fecundidade em Portugal, informando acerca do número de filhos que as pessoas têm, esperam ou desejam ter ao longo das suas vidas, e os motivos que condicionam a decisão de ter ou não ter (mais) filhos.

No período de 6 anos que decorreu entre as duas edições do inquérito, sabe-se que a tendência demográfica em Portugal, e na Região, não se alterou, continuando marcada, não apenas por um decréscimo populacional e envelhecimento demográfico, mas também pela permanência dos níveis de fecundidade em valores baixos e pelo contínuo adiamento da entrada na parentalidade. Porém, é apenas a partir da realização do mesmo inquérito específico em 2019 que se torna possível avaliar a evolução comportamental dos portugueses, no sentido de compreender se os padrões de fecundidade em Portugal mantêm-se inalterados face a 2013.

A nível regional, a realização deste inquérito em 2019 tem uma grande importância, pois, pela primeira vez, é possível efetuar análises mais aprofundadas sobre o fenómeno da fecundidade na Região. A operação de 2019 permite analisar a fecundidade das mulheres residentes na Região, com idades entre 18 e 49 anos, sob diferentes perspetivas e compreender quais as perceções e constrangimentos sociais ou financeiros que podem influenciar a decisão de quantos filhos ter (*quantum*) e de quando os ter (*tempo*).

A informação hoje divulgada sobre a Região diz respeito a mulheres em idade fértil, dos 18 aos 49 anos, uma vez que ao nível de NUTS II a amostra recolhida é apenas representativa para a população feminina. Na Região, a recolha de informação foi efetuada pela DREM, junto de 1 231 alojamentos, resultando num total de 850 entrevistas conseguidas ao indivíduo, sendo que 628 dessas entrevistas diziam respeito a mulheres em idade fértil.

O *Em Foco* analisa alguns indicadores demográficos ao longo das últimas décadas na Região e em Portugal, comparando-os com os mesmos indicadores dos restantes países da Europa. Apresenta, também, os resultados do inquérito, considerando a fecundidade (*quantum* e *tempo*) no contexto de algumas características demográficas e socioeconómicas. Adicionalmente, os resultados divulgados incluem uma análise das motivações das mulheres para a fecundidade, bem como das suas opiniões quanto às medidas de incentivo à natalidade.



**Direção Regional de Estatística da Madeira**  
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



## 1. Contextos Demográficos

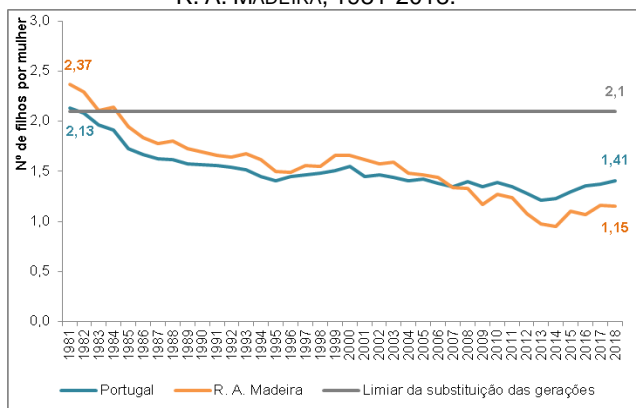
Desde o início da década de 80 do século XX, assistiu-se ao decréscimo do número de nascimentos em Portugal e na Região (Figura 1.1), resultando na permanência dos níveis de fecundidade em valores consideravelmente abaixo do limiar da substituição das gerações: 2,1 filhos por mulher nas atuais circunstâncias de mortalidade dos países Europeus.

Na Região, em 1985, o índice sintético de fecundidade (ISF – número médio de nados vivos nascidos por mulher em idade fértil (15-49 anos completos), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas num determinado ano civil) ficou, pela primeira vez, abaixo do limiar da substituição das gerações. Nas décadas seguintes, este índice baixou consideravelmente e, enquanto até à passagem do milénio os níveis de fecundidade na Região permaneciam superiores aos observados na totalidade do país, esta situação inverteu-se em 2007. Desde então, as mulheres residentes na Região têm, em média, menos filhos do que a generalidade das mulheres portuguesas. Em 2014, o número médio de filhos por mulher atingiu o valor mais baixo alguma vez registado na Região, 0,95 filhos por mulher.

Apesar da ligeira recuperação observada nos últimos anos, tendo o ISF aumentado entre 2014 e 2018, este índice permanece muito distante do limiar da substituição das gerações e próximo de apenas 1 filho por mulher. Em 2018, na Região, o ISF foi igual a 1,15 filhos por mulher (não se alterando em 2019), valor inferior ao observado no todo nacional, 1,41 filhos por mulher (1,42 em 2019).

Atualmente, mais próximo do limiar da substituição das gerações, encontram-se países como a França, Suécia, Roménia, Irlanda e Dinamarca, contrastando com os países da Europa do Sul, que apresentam os índices de fecundidade mais baixos da Europa (Figura 1.2). Apesar de o ISF em Portugal ser superior ao dos restantes países do Sul, no que respeita à fecundidade, os portugueses têm um comportamento semelhante ao dos restantes europeus do Sul. Já os níveis de fecundidade das mulheres residentes na Região são consideravelmente inferiores a qualquer um dos países mencionados, estando muito abaixo da média da União Europeia (1,56 filhos por mulher).

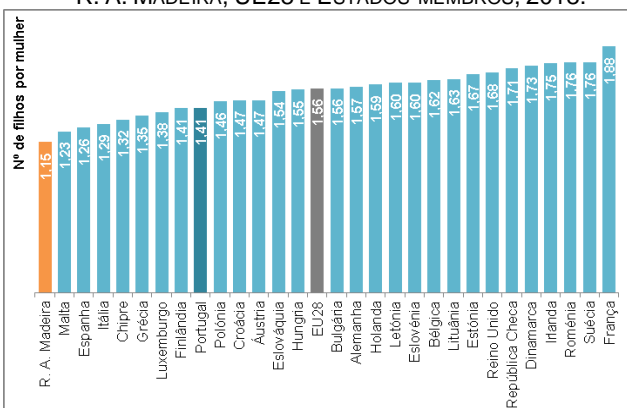
FIGURA 1.1. ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, PORTUGAL E R. A. MADEIRA, 1981-2018.



Fonte: INE, IP/DREM

Nota: Em 2019, o valor do ISF em Portugal é de 1,42 e na R. A. Madeira de 1,15.

FIGURA 1.2. ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE, R. A. MADEIRA, UE28 E ESTADOS-MEMBROS, 2018.



Fonte: Eurostat

Associado ao facto dos indivíduos terem em média menos filhos (*quantum*), está o adiamento da entrada na maternidade e paternidade (*tempo*), sendo que o efeito deste adiamento tem sido crucial no decréscimo dos níveis de fecundidade em Portugal e na Região. Uma vez que sucessivos adiamentos dos projetos de fecundidade resultam em idades cada vez mais tardias ao nascimento dos filhos, por vezes, devido ao seu limite biológico, as mulheres têm menos filhos do que desejariam.



Direção Regional de Estatística da Madeira

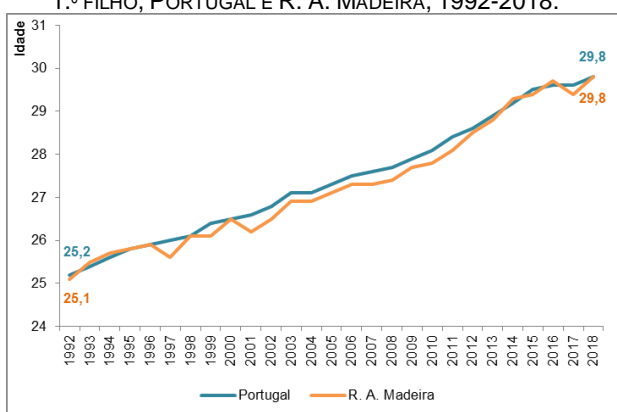
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



Em 2018, em média, as mulheres residentes na Região tiveram o primeiro filho aos 29,8 anos (29,7 anos em 2019), quase 5 anos mais tarde que no início da década de 90 do século passado (25,1 anos em 1992). A tendência de aumento da idade ao nascimento do primeiro filho é comum a todo o país, porém, ao longo das últimas décadas, na Região, as mulheres tendem a ter o primeiro filho ligeiramente mais cedo do que na generalidade do país (Figura 1.3).

Atualmente, nos países da Europa de Leste, tais como a Bulgária, Roménia, Eslováquia, Letónia e Polónia, em média, as mulheres entram mais cedo na maternidade (Figura 1.4). Em qualquer um destes países, a idade média ao nascimento do primeiro filho é consideravelmente inferior à média da União Europeia (29,1 anos). Contrariamente, é nos países da Europa do Sul, bem como no Luxemburgo, Irlanda e Holanda, que as mulheres mais adiam o nascimento do primeiro filho. Portanto, também no que respeita à idade ao nascimento do primeiro filho, as mulheres portuguesas apresentam comportamentos mais próximos das restantes mulheres residentes nos países do Sul.

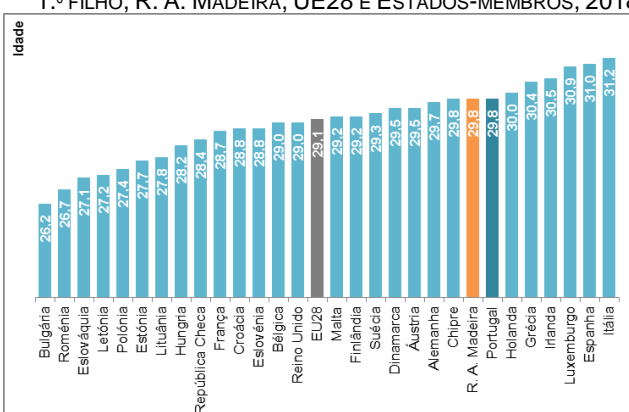
**FIGURA 1.3. IDADE MÉDIA DAS MULHERES AO NASCIMENTO DO 1.º FILHO, PORTUGAL E R. A. MADEIRA, 1992-2018.**



Fonte: INE, IP/DREM

**Nota:** Em 2019, a idade média das mulheres ao nascimento do 1.º filho em Portugal é de 29,9 anos e na RAM de 29,7 anos.

**FIGURA 1.4. IDADE MÉDIA DAS MULHERES AO NASCIMENTO DO 1.º FILHO, R. A. MADEIRA, UE28 E ESTADOS-MEMBROS, 2018.**



Fonte: Eurostat

O declínio da fecundidade põe em causa a dinâmica populacional, uma vez que, se não houver um aumento da população em idade ativa a imigrar para o país, a recuperação de gerações no futuro poderá estar comprometida. Neste cenário, o número de nascimentos deixa de compensar o número de óbitos, provocando também um decréscimo da população jovem e, conseqüentemente, de mulheres em idades reprodutivas. Se, por um lado, nos últimos anos, o número de jovens tem diminuído (sendo este um resultado direto da redução do número de nascimentos), por outro, a esperança de vida continua a aumentar, permitindo que a população portuguesa envelheça de forma acelerada.

No início do milénio, a esperança de vida à nascença em Portugal era de 76,6 anos e na Região de 73,2 anos (Figura 1.5). Ao fim de quase duas décadas, a esperança de vida à nascença aumentou 4,2 anos em Portugal e 5,1 anos na Região, atingindo 80,8 e 78,3 anos no triénio 2016-2018 (80,9 e 78,4 em 2017-2019, respetivamente).

Enquanto se assiste a um aumento da longevidade, o número de jovens continua a diminuir, resultando num persistente aumento do índice de envelhecimento (Figura 1.6). Entre 1991 e 2018, em Portugal, o número de idosos (65 ou mais anos) por cada 100 jovens (menos de 15 anos) aumentou drasticamente, passando de, aproximadamente, 72 para 159 idosos por cada 100 jovens (163 em 2019). A mesma tendência é clara na Região, sendo que, no mesmo período, o número de idosos aumentou de 50 para 124 idosos por cada 100 jovens (130 em 2019).

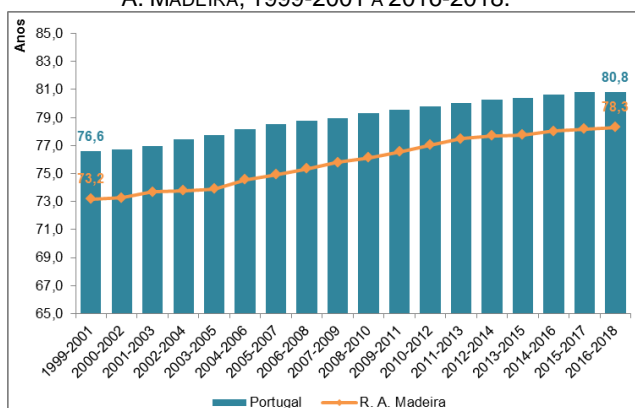


**Direção Regional de Estatística da Madeira**

*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*



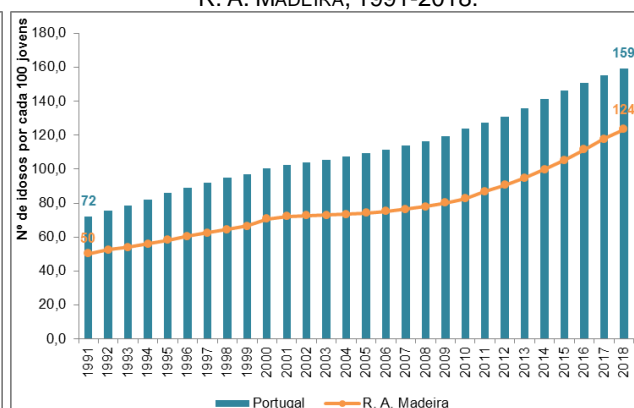
**FIGURA 1.5. ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA, PORTUGAL E R. A. MADEIRA, 1999-2001 A 2016-2018.**



Fonte: INE, IP/DREM

**Nota:** Em 2019, a esperança de vida em Portugal é de 80,9 anos e na RAM de 78,4 anos e o índice de envelhecimento em Portugal é de 163,2 e na RAM de 129,5.

**FIGURA 1.6. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, PORTUGAL E R. A. MADEIRA, 1991-2018.**



Fonte: Eurostat

Na ausência de um intenso processo de imigração, a queda do número de nascimentos acentuará ainda mais o envelhecimento populacional, colocando em causa a sustentabilidade do Estado social, na medida em que existirão menos jovens a contribuir para as pensões de reforma. Portanto, adquire cada vez mais importância obter informação que permita melhor compreender os comportamentos de fecundidade dos Portugueses e, em particular, das mulheres residentes na Região.

Considerando o impacto da baixa fecundidade, não apenas ao nível do envelhecimento populacional, mas também ao nível económico e social, importa compreender melhor qual o comportamento das mulheres da Região em relação à fecundidade, avaliando, não apenas intenções e desejos, mas também as suas motivações para a maternidade, algo que apenas é possível através da realização e análise ao Inquérito à Fecundidade.

Os resultados divulgados neste *Em Foco* poderão ser úteis na previsão e planeamento de políticas públicas, no sentido de elevar os níveis de fecundidade da Região, uma vez que os resultados obtidos possibilitam uma compreensão mais abrangente da realidade regional.

## 2. Evolução das medidas de fecundidade entre 2013 e 2019 na R. A. Madeira

À semelhança do Inquérito à Fecundidade realizado em 2013, a operação de 2019, permite analisar a fecundidade dos portugueses sob diferentes perspetivas:

- Fecundidade realizada (FR) - número de filhos biológicos nascidos com vida até ao momento de referência do inquérito;
- Fecundidade intencional (FI) - número de filhos de biológicos que as pessoas ainda pensam vir a ter;
- Fecundidade final esperada (FFE) - número de filhos biológicos tidos acrescido do número de filhos que pensam vir a ter;
- Fecundidade desejada ao longo da vida (FD) - número de filhos biológicos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida. Apesar de esta variável ser medida independentemente dos filhos que as pessoas têm e dos filhos que pensam vir a ter, por vezes, os desejos de fecundidade reportados pelas pessoas acabam por ser ajustados ao longo da vida em função, entre outras variáveis, do número de filhos tidos.



**Direção Regional de Estatística da Madeira**

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



A partir deste inquérito é, ainda, possível abordar o ideal de filhos para uma família, definido como o número ideal de filhos numa família, independentemente de ser a sua.

### ***Entre 2013 e 2019, a proporção de mulheres sem filhos aumentou de 36,4% para 45,7%***

Os resultados do Inquérito à Fecundidade relativos à Região permitem concluir que, entre 2013 e 2019, a proporção de mulheres em idade fértil (dos 18 aos 49 anos) sem filhos aumentou de 36,4% para 45,7% (Figura 2.1). A mesma tendência ocorreu entre aquelas que não esperavam ter filhos (9,8% em 2013 e 10,4% em 2019) e entre aquelas que não desejariam ter filhos ao longo da vida (6,6% em 2013 e 7,7% em 2019).

Contrariamente, assistiu-se a um decréscimo da proporção de mulheres com um único filho (27,0% em 2013 e 24,0% em 2019). Também, enquanto em 2013, 30,0% das mulheres esperava ter um filho e 14,8% desejava ter um filho ao longo da vida, a percentagem de mulheres com uma fecundidade final esperada e desejada de um filho baixou para 27,6% e 12,5%, respetivamente, em 2019.

Se em 2013, 36,6% das mulheres tinha dois ou mais filhos, em 2019, apenas 30,3% das mulheres apresentou uma fecundidade realizada de pelo menos dois filhos. Em sentido oposto evoluiu a fecundidade desejada e a fecundidade final esperada. Primeiro, 73,0% desejava ter pelo menos dois filhos em 2013, tendo esta percentagem aumentado para 79,5% em 2019. Segundo, embora a fecundidade final esperada de dois filhos tenha tido menor expressão em 2019 do que em 2013 (44,1% e 45,3%, respetivamente), a proporção de mulheres que espera ter três ou mais filhos aumentou de 15,0% em 2013 para 17,2% em 2019.

O número de filhos ideal numa família permaneceu elevado entre 2013 e 2019, sendo que a esmagadora maioria das mulheres continua a considerar que o número ideal de filhos numa família é de 2 ou mais filhos: 96,5% em 2013 e 98,1% em 2019.

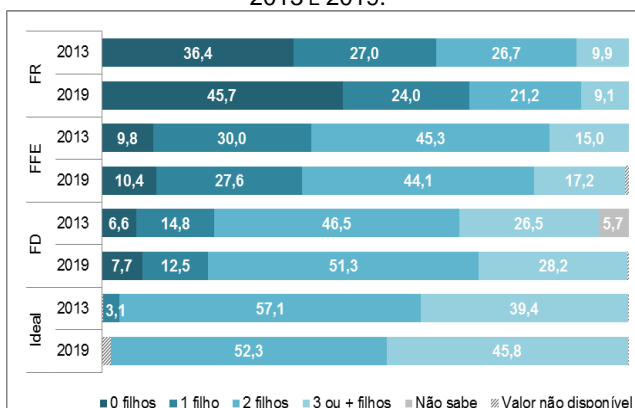
### ***O número médio de filhos esperados aumentou entre 2013 e 2019, apesar do decréscimo do número de filhos tidos***

O número de filhos que as mulheres em idade fértil (dos 18 aos 49 anos) esperam ter ao longo da vida aumentou entre 2013 e 2019: em média, 1,69 filhos em 2013 e 1,74 filhos em 2019 (Figura 2.2). Este aumento é um resultado direto do aumento da fecundidade intencional (em média, 0,57 filhos em 2013 e 0,78 filhos em 2019), uma vez que a fecundidade realizada das mulheres em idade fértil diminuiu: em média, 1,13 filhos em 2013 e 0,96 filhos em 2019.

Entre 2013 e 2019, assistiu-se também a um aumento da fecundidade desejada e do número ideal de filhos numa família. A fecundidade desejada ao longo da vida aumentou de 2,13 para 2,14 filhos, em média, e o número ideal de filhos de 2,50 para 2,60 filhos, em média.

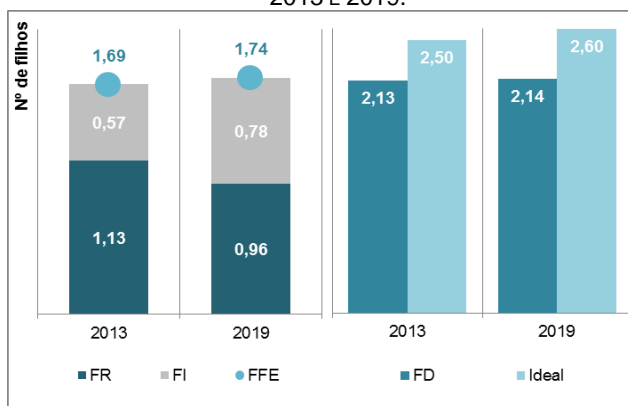


**FIGURA 2.1. NÚMERO DE FILHOS, POR TIPO DE FECUNDIDADE E NÚMERO DE IDEAL DE FILHOS NUMA FAMÍLIA (%), MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, R. A. MADEIRA, 2013 E 2019.**



**Nota:** Por questões de arredondamentos, a fecundidade final esperada pode não corresponder à soma da fecundidade realizada com a fecundidade intencional.

**FIGURA 2.2. NÚMERO MÉDIO DE FILHOS, POR TIPO DE FECUNDIDADE E NÚMERO DE IDEAL DE FILHOS NUMA FAMÍLIA, MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, R. A. MADEIRA, 2013 E 2019.**



### 3. Medidas de Fecundidade em 2019 - A Região no contexto do país

Na Região, tende a ser superior a proporção de mulheres que não tem filhos ou que tem apenas um filho, mesmo quando a grande maioria até espera ou desejaria ter dois ou mais filhos. Este é um comportamento comum na generalidade do país, porém, em 2019, existem algumas diferenças consoante as diferentes regiões NUTS II.

**10,4% das mulheres residentes na Região não tem nem pretende ter filhos ao longo da sua vida, valor superior ao observado na generalidade do país, 8,4%**

Segundo os resultados do inquérito, entre as mulheres em idade fértil, dos 18 aos 49 anos, residentes na Região (Figura 3.1):

- 45,7% não tem filhos, 24,0% tem apenas um filho, 21,2% tem dois filhos e 9,1% tem três ou mais filhos (42,2%, 25,2%, 26,6% e 6,0%, respetivamente, em Portugal);
- 10,4% não tem nem espera vir a ter filhos, 27,6% pretende ter um filho ao longo da vida, 44,1% pretende ter dois e 17,2% espera alcançar uma FFE de três ou mais filhos (8,4%, 24,7%, 48,5% e 14,4%, respetivamente, em Portugal).

A partir dos resultados obtidos, verifica-se que a proporção de mulheres que não tem filhos (45,7% na Região e 42,2% em Portugal) e que não tem nem espera ter filhos (10,4% na Região e 8,4% em Portugal) é superior na Região do que na totalidade do país.

Os resultados indicam também que, apesar de a maioria das mulheres residentes na Região não ter filhos ou ter apenas um filho (quase 70%), cerca de 61% espera ter pelo menos dois filhos, sendo esta proporção ligeiramente superior no país, aproximadamente, 63%.

Esta é uma realidade que se reflete na média da fecundidade realizada e da fecundidade final esperada (Figura 3.2), visto que as mulheres, dos 18 aos 49 anos, residentes na Região, esperam ter, em média, 1,74 filhos, enquanto, atualmente, não chegam a ter 1 filho em média (0,96 filhos). A mesma tendência é verificada em Portugal, apesar de ambas as fecundidades serem ligeiramente mais elevadas no todo nacional: 1,75 filhos esperados e 0,98 filhos tidos, em média.

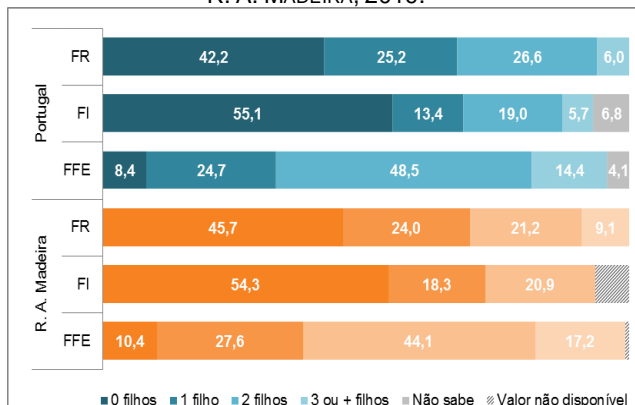


**Direção Regional de Estatística da Madeira**  
*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*

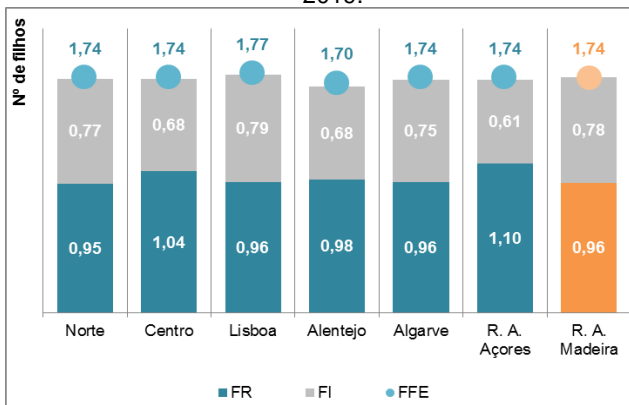


Apesar de o número médio de filhos esperados ser idêntico para as mulheres das regiões autónomas (1,74), as mulheres da R. A. dos Açores apresentam uma fecundidade realizada (1,10 filhos, em média) superior à intencional (0,61 filhos, em média), enquanto as mulheres da R. A. Madeira têm, em média, menos filhos, mas pensam vir a ter, em média, mais filhos.

**FIGURA 3.1.** NÚMERO DE FILHOS, POR TIPO DE FECUNDIDADE (%), MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, PORTUGAL E R. A. MADEIRA, 2019.



**FIGURA 3.2.** NÚMERO MÉDIO DE FILHOS, POR TIPO DE FECUNDIDADE, MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, NUTS II, 2019.



**Nota:** Por questões de arredondamentos, a fecundidade final esperada pode não corresponder à soma da fecundidade realizada com a fecundidade intencional.

### **51,3% das mulheres desejaria ter 2 filhos e 52,3% considera que o número ideal de filhos numa família é 2**

Entre as mulheres em idade fértil, dos 18 aos 49 anos, residentes na Região (Figura 3.3):

- 7,7% não desejaria ter filhos, 12,5% desejaria ter um filho, 51,3% reportou uma fecundidade desejada de dois filhos e 28,2% desejaria ter três ou mais filhos ao longo da sua vida (6,9%, 10,2%, 48,2% e 30,1%, respetivamente, em Portugal);
- Uma proporção muito baixa considera que o número ideal de filhos numa família é no máximo um filho, 52,3% considera dois filhos como ideal e 45,8% considera que o ideal é três ou mais filhos (58,0% e 36,1%, respetivamente, em Portugal).

As mulheres residentes na Região desejariam ter, em média, 2,14 filhos (Figura 3.4), sendo este valor superior apenas nas regiões do Norte e da Área Metropolitana de Lisboa (2,22 e 2,31 filhos, respetivamente). No entanto, a Região destaca-se claramente no que respeita ao número ideal de filhos numa família, 2,60 filhos, em média, sendo este valor consideravelmente superior ao das restantes regiões do país.

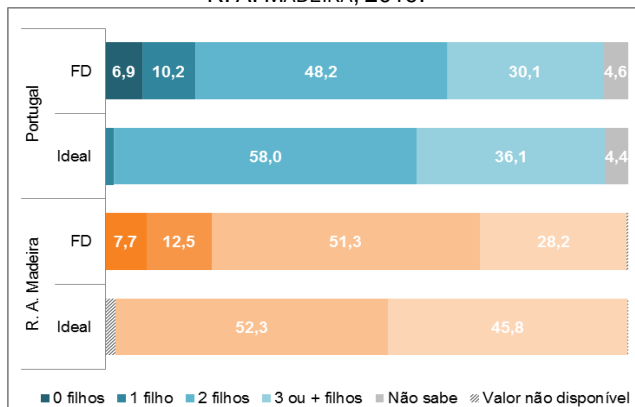


**Direção Regional de Estatística da Madeira**

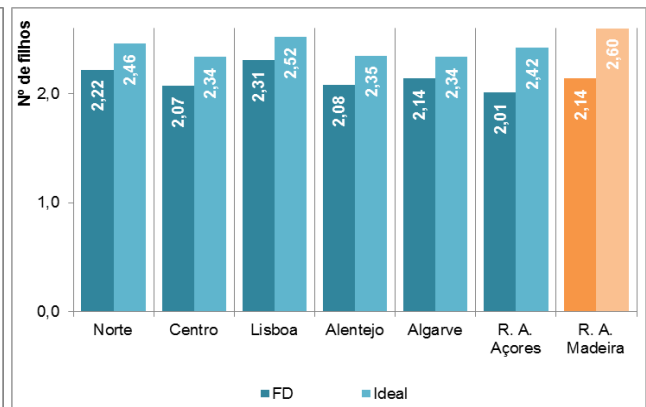
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



**FIGURA 3.3. NÚMERO DE FILHOS DESEJADOS AO LONGO DA VIDA E NÚMERO IDEAL DE FILHOS NUMA FAMÍLIA (%), MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, PORTUGAL E R. A. MADEIRA, 2019.**



**FIGURA 3.4. NÚMERO MÉDIO DE FILHOS DESEJADOS AO LONGO DA VIDA E NÚMERO IDEAL DE FILHOS NUMA FAMÍLIA, MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, NUTS II, 2019.**



Os resultados permitem concluir que, enquanto apenas 30,3% das mulheres residentes na Região, efetivamente, tem 2 ou mais filhos, a grande maioria espera (61,3%) e desejaria (79,5%) ter pelo menos 2 filhos ao longo da vida. Mais, ao analisar “ideais”, a esmagadora maioria das mulheres considera 2 ou mais filhos como número ideal de filhos numa família (98,1%). A mesma tendência ocorre na generalidade do país, uma vez que apenas 32,6% das mulheres portuguesas tem dois ou mais filhos, mas 62,9% espera e 78,3% desejaria ter pelo menos dois filhos e 94,1% considera dois ou mais filhos como o número ideal de filhos numa família.

Portanto, entre “desejos” e “realidade” há um grande desfasamento, uma vez que as mulheres residentes na Região estão, ainda, longe de alcançar a sua fecundidade desejada ao longo da vida. Importa, então, compreender se este desfasamento mantém-se, consoante a idade das mulheres, o seu *background* migratório ou, por exemplo, o seu nível de escolaridade, sendo estas características, entre outras, normalmente, apontadas como diferenciadoras da fecundidade.

#### 4. Perfis de Fecundidade, 2019

Ao longo de várias décadas, o comportamento dos portugueses no que respeita à fecundidade foi fortemente influenciado pelas transformações sociais ocorridas um pouco por toda a Europa.

Por um lado, a difusão e adoção de métodos contraceptivos eficazes, permitiu que as mulheres tivessem maior controle sobre o *quantum* e o *tempo* da fecundidade. Por outro, a massiva inserção feminina no mercado de trabalho e o aumento dos níveis de escolaridade fizeram com que as mulheres adiassem a entrada na maternidade até que concluíssem os estudos e/ou se estabilizassem no mercado de trabalho.

Não esquecendo o impacto das alterações nos modelos de formação e composição das famílias ocorridas ao longo dos anos (aumento da idade ao casamento, das taxas de divórcio ou do número de nascimentos ocorridos fora do casamento, por exemplo), os fatores mencionados (entre outros) modificaram os padrões de fecundidade em Portugal e, em particular, na Região.



**Direção Regional de Estatística da Madeira**  
*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*



Considerando que as alterações comportamentais mencionadas foram determinantes no decréscimo dos níveis de fecundidade no país, importa analisar a fecundidade das mulheres residentes na Região, de acordo com alguns perfis. Para tal, consideraram-se os diferentes tipos de fecundidade, segundo os grupos etários 18-29, 30-39 e 40-49 anos, o *background* migratório (sem *background* migratório; com *background* migratório), a situação conjugal (sem cônjuge ou companheiro/a; com cônjuge; com companheiro/a) e o nível de escolaridade (nenhum ou básico; secundário; superior) das mulheres.

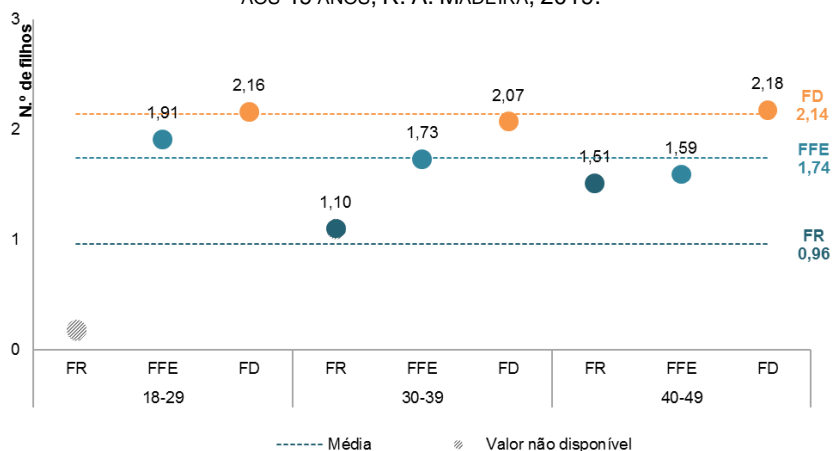
**À medida que a idade aumenta, o número médio de filhos esperados ao longo da vida diminui**

Enquanto a fecundidade realizada tende a aumentar com a idade (valores médios próximos de zero entre as mulheres mais jovens e 1,51 filhos no grupo etário 30-49 anos), a fecundidade final esperada diminui entre as mulheres mais velhas (em média, 1,91 filhos no grupo etário 18-29 anos e 1,59 filhos no grupo 30-49 anos) (Figura 4.1).

Estes resultados indicam que, à medida que as mulheres vão se aproximando do seu limite biológico, tendem a reduzir o número de filhos que esperam vir a ter ao longo da vida. Contrariamente, a média da fecundidade desejada é superior entre as mulheres mais velhas (2,18 filhos).

Outro efeito da idade está presente no crescente afastamento entre o “esperado” e o “desejado” à medida que a idade das mulheres aumenta. A diferença entre o número médio de filhos desejados e o número médio de filhos esperados ao longo da vida é mais elevada entre as mulheres mais velhas (0,58) do que entre as mais jovens (0,25).

FIGURA 4.1. NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR TIPO DE FECUNDIDADE E GRUPO ETÁRIO, MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, R. A. MADEIRA, 2019.



**As mulheres com *background* migratório são as que esperam e desejariam ter mais filhos em média**

O *background* migratório, definido a partir da conjugação da informação sobre o país de nascimento do próprio e de ambos os pais, parece ser um diferenciador da fecundidade das mulheres na Região (Figura 4.2).

As mulheres com *background* migratório (nascidas fora de Portugal ou nascidas em Portugal mas com pelo menos um dos pais nascidos fora de Portugal), em média, têm menos filhos (0,87) do que aquelas sem *background* migratório (0,97) – mulheres nascidas em Portugal e cujos pais também nasceram em Portugal.

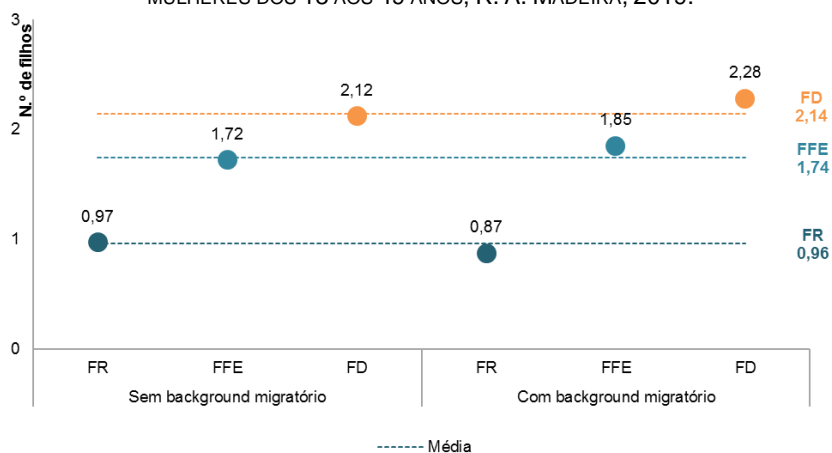


**Direção Regional de Estatística da Madeira**  
 "Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



Contudo, apesar de terem menos filhos em média, são as mulheres com *background* migratório que esperam (1,85) e desejariam (2,28) ter mais filhos ao longo da vida.

FIGURA 4.2. NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR TIPO DE FECUNDIDADE E *BACKGROUND* MIGRATÓRIO, MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, R. A. MADEIRA, 2019.



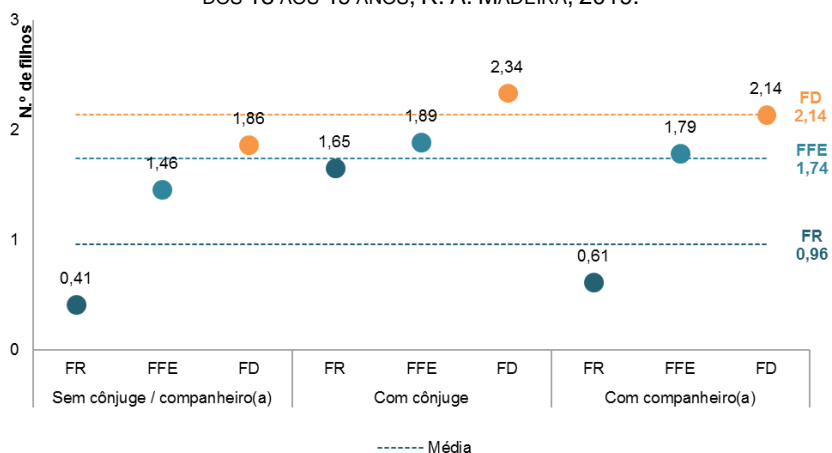
### As mulheres casadas são as que esperam e desejariam ter mais filhos ao longo da vida

As mulheres sem cônjuge ou companheiro(a), em média, têm, esperam e, também, desejam ter menos filhos ao longo da vida (0,41 filhos tidos, 1,46 filhos esperados e 1,86 filhos desejados), quando comparadas com aquelas que estão numa relação conjugal, independentemente de viverem ou não com o cônjuge ou companheiro(a) (numa relação conjugal não formal) (Figura 4.3).

Já a fecundidade das mulheres que estão numa relação conjugal difere entre as que têm um cônjuge e as que têm um companheiro(a). É entre as mulheres casadas que o número médio de filhos tidos é mais elevado (1,65), bem como o número médio de filhos esperados (1,89) e desejados (2,34) ao longo da vida.

Todavia, o efeito de estar numa relação conjugal formal é mais acentuado na fecundidade realizada, sendo a diferença do número médio de filhos tidos entre as mulheres com cônjuge (1,65, em média) e as mulheres com companheiro(a) (0,61, em média) superior a 1 filho.

FIGURA 4.3. NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR TIPO DE FECUNDIDADE E SITUAÇÃO CONJUGAL, MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, R. A. MADEIRA, 2019.



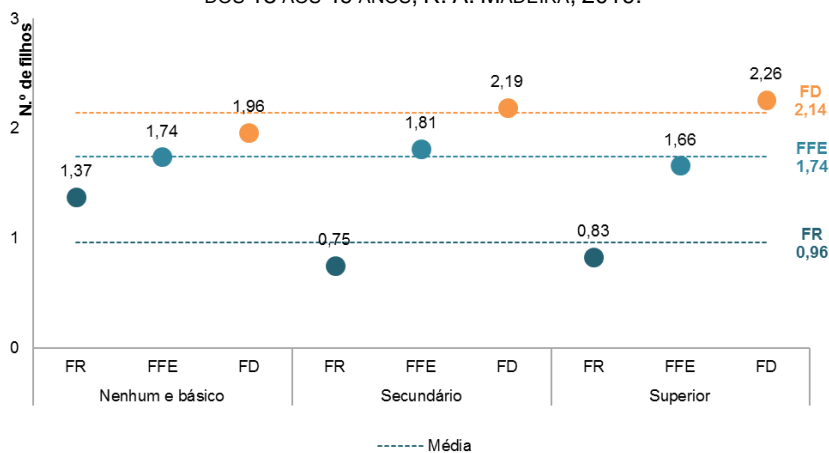
### As mulheres com nível de escolaridade superior esperam ter menos filhos, mas desejariam ter mais

A fecundidade das mulheres, dos 18 aos 49 anos, difere segundo o nível de escolaridade (Figura 4.4). Por um lado, aquelas com níveis de escolaridade mais baixos (até ao básico), em média, têm mais filhos (1,37), mas desejariam ter menos filhos ao longo da vida (1,96). Por outro, as mulheres com níveis de escolaridade secundário ou superior não chegam a ter 1 filho em média (0,75 e 0,83, respetivamente), contudo são as que desejariam ter mais filhos (2,19 e 2,26, em média, respetivamente).

O número de filhos que as mulheres esperam ter ao longo da vida é mais elevado entre aquelas com níveis de escolaridade intermédio (1,81, em média), apesar de ser este grupo de mulheres que evidencia uma fecundidade realizada mais baixa (0,75 filhos, em média).

Contrariamente, a fecundidade final esperada é inferior entre as mulheres com nível de escolaridade mais elevados (1,66 filhos, em média), apesar de serem as mais instruídas que desejariam ter mais filhos ao longo da vida (2,26, em média).

FIGURA 4.4. NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR TIPO DE FECUNDIDADE E NÍVEL DE ESCOLARIDADE, MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, R. A. MADEIRA, 2019.



Independentemente dos perfis analisados, os resultados mostram que, mesmo tendo poucos filhos, em média, as mulheres desejariam ter mais filhos ao longo da sua vida. Então, importa perceber “quantas” mulheres efetivamente não alcançaram a sua fecundidade desejada ao longo da vida.

Ainda, consoante as intenções de fecundidade das mulheres residentes na Região, é essencial compreender quais os motivos subjacentes a tais decisões, uma vez que são aquelas que tencionam vir a ter (mais) filhos que ainda podem contribuir para o aumento dos níveis de fecundidade na Região.

### 5. Motivos do *quantum* da Fecundidade, 2019

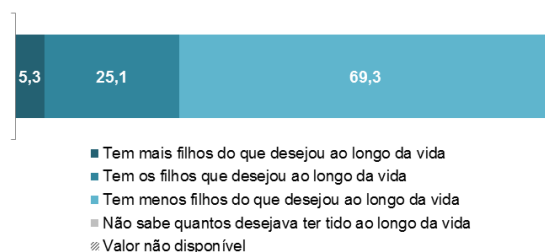
Os resultados anteriores mostram que, apesar de as mulheres residentes na Região apresentarem uma fecundidade realizada baixa, elas desejariam ter mais filhos ao longo da vida.



**Cerca de 69% das mulheres tem menos filhos do que desejaria e apenas cerca de 25% alcançou a sua fecundidade desejada**

A grande maioria das mulheres residentes na Região (69,3%) tem menos filhos do que desejou ao longo da vida, sendo que apenas 25,1% alcançou a sua fecundidade desejada (Figura 5.1). Acresce ainda que é baixa a proporção de mulheres que tem mais filhos do que os desejados ao longo da vida, 5,3%.

FIGURA 5.1. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO O DIFERENCIAL ENTRE A FECUNDIDADE REALIZADA E A FECUNDIDADE DESEJADA AO LONGO DA VIDA (%), R. A. MADEIRA, 2019.

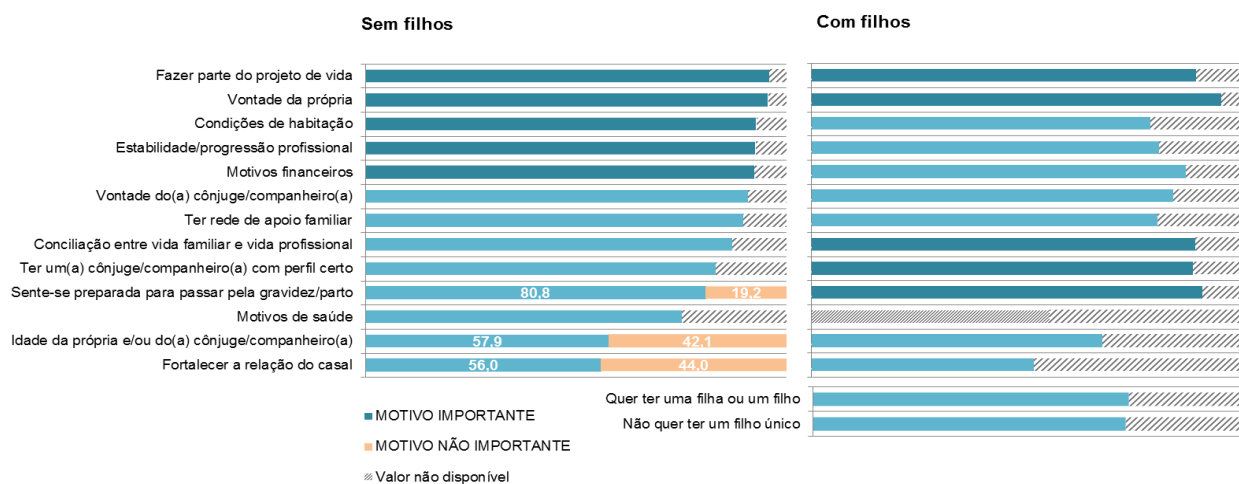


**A esmagadora maioria das mulheres sem filhos considera ser muito importante para a decisão de ter pelo menos um filho, não apenas a vontade própria e o facto de a maternidade fazer parte do seu projeto de vida, mas também as condições de habitação e a estabilidade e progressão profissional**

Observando as mulheres que não têm filhos, mas tencionam vir a ter (34,6%), os motivos mais comumente apontados como muito importantes para a decisão de ter filhos foram: “fazer parte do projeto de vida”, “vontade da própria”, “condições de habitação”, “estabilidade/progressão profissional”, “motivos financeiros”, entre outros (Figura 5.2).

Já entre aquelas que têm filhos e tencionam ter mais (9,4%), para além dos motivos “fazer parte do projeto de vida” e “vontade da própria”, motivos como “sente-se preparada para passar pela gravidez/parto”, “conciliação entre vida familiar e vida profissional” e “ter um cônjuge /companheiro(a) com o perfil certo”, entre outros, foram os mais indicados como muito importantes para a decisão de ter mais filhos.

FIGURA 5.2. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO OS MOTIVOS IMPORTANTES E NÃO IMPORTANTES PARA A DECISÃO DE TER (MAIS) FILHOS (%), R. A. MADEIRA, 2019.

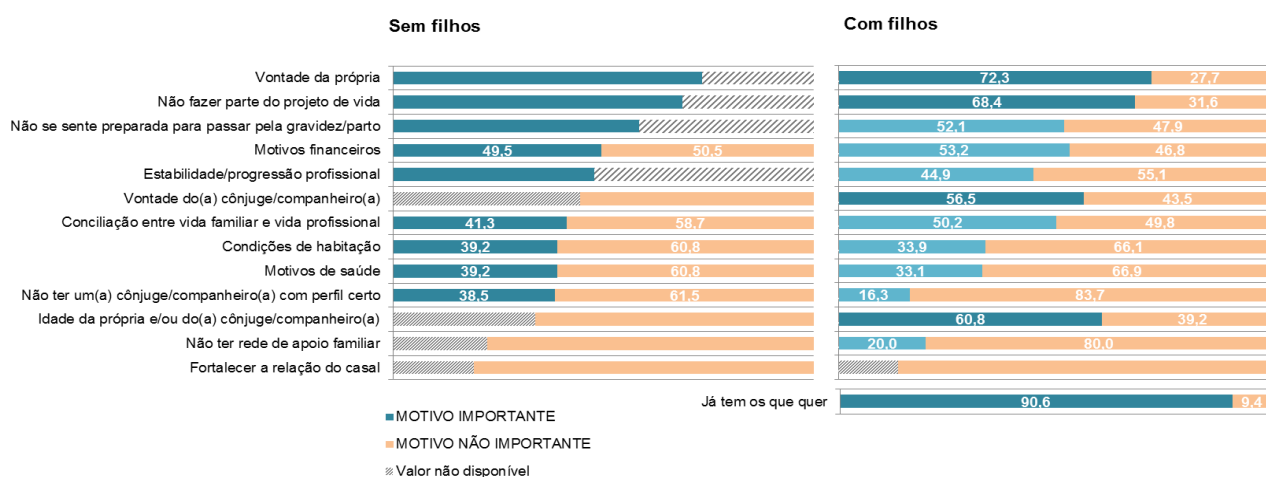


**Cerca de 61% das mulheres com filhos considera que a sua idade é um motivo muito importante para a decisão de não ter mais filhos**

Entre as mulheres, dos 18 aos 49 anos, que não têm filhos nem tencionam ter (10,4%), cerca de metade indicou como motivos muito importantes para não entrar na maternidade: “vontade da própria”, “não fazer parte do projeto de vida”, “não se sente preparado para passar pela gravidez/parto” e “motivos financeiros” (Figura 5.3).

Considerando as mulheres que têm filhos, mas não tencionam ter mais (43,9%), além da “vontade da própria” e de “não fazer parte do projeto de vida”, motivos como “já tem os filhos que quer”, “idade da própria e/ou do cônjuge/companheiro(a)” e “vontade do cônjuge/companheiro(a)” foram mais apontados como muito importantes para a decisão de não ter mais filhos.

**FIGURA 5.3. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO OS MOTIVOS IMPORTANTES E NÃO IMPORTANTES PARA A DECISÃO DE NÃO TER (MAIS) FILHOS (%), R. A. MADEIRA, 2019.**



Estes resultados mostram que a vontade das mulheres e o seu projeto de vida são os motivos mais apontados como muito importantes, tanto para a decisão de ter filhos, como para a decisão de não ter, independentemente de já terem entrado ou não na maternidade.

Depois, se para as mulheres que não têm filhos prevalecem motivos financeiros e a estabilidade e progressão profissional, seja a decisão em causa permanecer sem filhos ou ter pelo menos um filho, para as que já têm filhos os motivos mais apontados como muito importantes para a decisão de ter ou não ter mais filhos estão mais relacionados com motivações individuais e do cônjuge/companheiro(a). Importa, ainda, referir que a idade da própria foi mais vezes referida como muito importante entre as mulheres que têm filhos, mas não tencionam ter mais, indicando que a idade é um dos condicionantes da fecundidade entre estas mulheres.

Tendo em conta que quanto mais tarde as mulheres têm o primeiro filho, maior é a probabilidade de permanecerem com apenas esse filho, torna-se, então, fundamental analisar os motivos que levaram as mulheres a ter o primeiro filho na altura em que o tiveram.



## 6. Motivos do tempo da Fecundidade, 2019

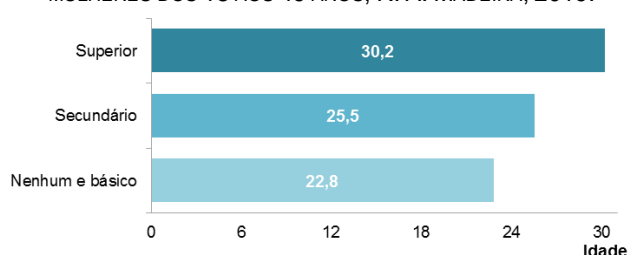
O adiamento da entrada na parentalidade tem um grande impacto, não apenas na idade ao nascimento do segundo ou terceiro filhos, mas também na redução do número de filhos tidos ao final da vida reprodutiva. Um dos principais fatores responsável por este adiamento é a procura por maiores qualificações, pois o prolongamento das trajetórias escolares, impulsionado por aspirações individuais, implica uma entrada mais tardia no mercado de trabalho. Como consequência, os jovens tendem a adiar os seus projetos de fecundidade até que concluem os estudos ou encontrem melhores condições de vida e uma maior estabilidade financeira.

Tendo em consideração o impacto das qualificações das mulheres no adiamento da entrada na maternidade, analisa-se a idade média ao nascimento do primeiro filho, segundo o nível de escolaridade.

### **A idade média ao nascimento do primeiro filho aumenta com o aumento do nível de escolaridade**

Na Região, a idade média ao nascimento do primeiro filho aumenta com o aumento do nível de escolaridade: 22,8 anos para as mulheres com nível de escolaridade até ao básico, 25,5 anos para as mulheres com nível de escolaridade secundário e 30,2 anos para as mulheres com ensino superior (Figura 6.1).

FIGURA 6.1. IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DO 1.º FILHO BIOLÓGICO, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE, MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, R. A. MADEIRA, 2019.



### **Cerca de 85% das mulheres referiu que a vontade de ser mãe foi um motivo muito importante para a decisão de ter tido o primeiro filho na idade em que o teve**

Independentemente de terem tido o primeiro filho mais cedo ou mais tarde do que desejariam, a grande maioria das mulheres (84,9%), dos 18 aos 49 anos, apontou como motivo muito importante para ter tido esse filho na altura em que teve a vontade de ser mãe (Figura 6.2).

Motivos como “ter um cônjuge/companheiro(a) com o perfil certo” (65,0%), “estabilidade de emprego da própria e/ou do cônjuge/companheiro(a)” (63,0%), “vontade do cônjuge/companheiro(a)” (62,1%), “condições de habitação” (58,8%) e “disponibilidade para conciliar a vida familiar e a vida profissional” (52,8%) também foram indicados pela maioria das mulheres como motivos muito importantes para esta tomada de decisão.

Contrariamente, uma pequena proporção das mulheres, dos 18 aos 49 anos, com filhos, indicou que “fortalecer a relação do casal” (24,0%) e “resolução de problemas de saúde anteriores da própria ou do cônjuge/companheiro(a)” (18,0%) foram motivos muito importantes para a decisão do tempo ao nascimento do primeiro filho.



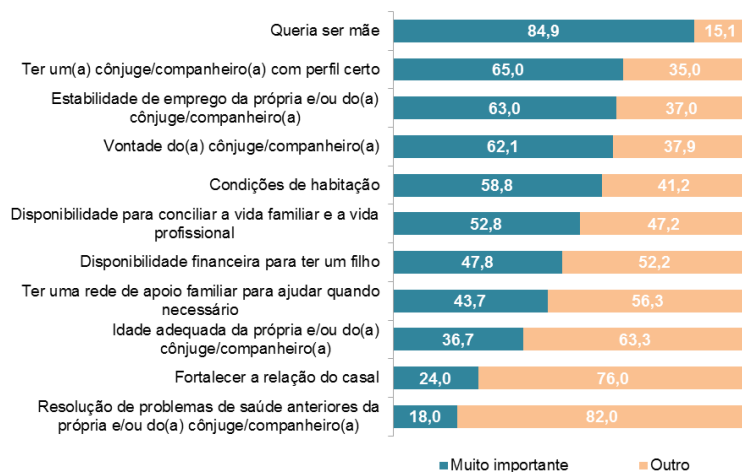
Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



Após uma análise aos motivos do *quantum* e *tempo* da fecundidade, com o objetivo de melhor compreender o fenómeno da fecundidade na Região, é fundamental analisar algumas práticas e atitudes das mulheres face à vida familiar e as suas opiniões sobre um conjunto de questões acerca da vida familiar e fecundidade.

FIGURA 6.2. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS COM FILHOS, SEGUNDO OS MOTIVOS PARA TEREM TIDO O 1.º FILHO BIOLÓGICO NA ALTURA QUE TIVERAM, POR GRAU DE IMPORTÂNCIA (%), R. A. MADEIRA, 2019.



## 7. Práticas e atitudes face à vida familiar, fecundidade e parentalidade, 2019

O Inquérito à Fecundidade 2019 permite obter informação sobre as práticas dos casais (casados ou a viver em união de facto) na partilha de diferentes responsabilidades, contribuindo para uma análise mais aprofundada sobre as dinâmicas conjugais que podem ter uma influência direta na decisão de ter ou não ter (mais) filhos.

Assim, este inquérito permite identificar quem, no casal, tem por hábito executar determinadas tarefas domésticas e tarefas com filhos pequenos (menos de 15 anos) e, ainda, analisar o grau de satisfação das mulheres, dos 18 aos 49 anos, com cônjuge ou companheiro(a), no que respeita à divisão dessas tarefas.

Segundo indicado pelas mulheres dos 18 aos 49 anos, que estão numa relação conjugal, as tarefas de lavar e cuidar da roupa (69,2%), preparar as refeições diárias (54,5%) e limpar a casa (50,6%) são responsabilidades maioritariamente atribuídas a si próprias (Figura 7.1).

A partilha de tarefas em igual modo entre os membros do casal é mais comum na organização das atividades de lazer (57,2%). Já a responsabilidade de efetuar pequenos arranjos é mais comumente atribuída ao cônjuge ou companheiro(a) (65,6%).

Entre as mulheres, dos 18 aos 49 anos, com cônjuge ou companheiro(a) e filhos com menos de 15 anos, 65,1% indicou que habitualmente tem a responsabilidade de vestir e verificar se as crianças estão adequadamente vestidas (Figura 7.2).

A maioria assinalou, também, que são as próprias que ficam em casa quando as crianças estão doentes (59,8%) ou que levam os filhos pequenos ao médico (53,6%). A partilha em igual modo entre os membros do casal é mais comum na responsabilidade de levar e ir buscar as crianças à creche/escola (45,3%) ou de brincar e/ou participar em atividades de lazer com elas (79,5%).

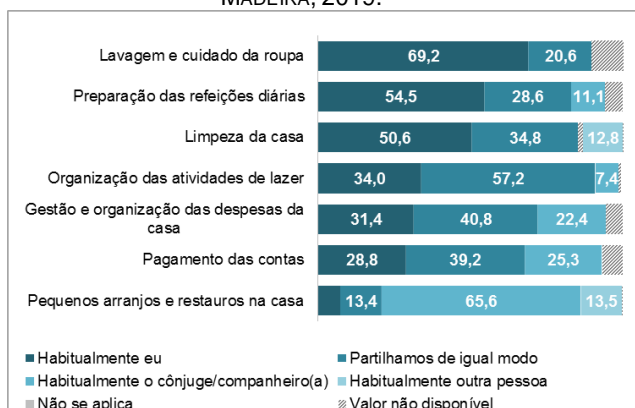


**Direção Regional de Estatística da Madeira**

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



**FIGURA 7.1. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO QUEM EXECUTA AS DIFERENTES TAREFAS DOMÉSTICAS, PARA QUEM TEM CÔNJUGE OU COMPANHEIRO/A (%), R. A. MADEIRA, 2019.**



**FIGURA 7.2. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO QUEM EXECUTA AS DIFERENTES TAREFAS COM OS FILHOS, PARA QUEM TEM CÔNJUGE OU COMPANHEIRO/A E FILHOS COM MENOS DE 15 ANOS (%), R. A. MADEIRA, 2019.**



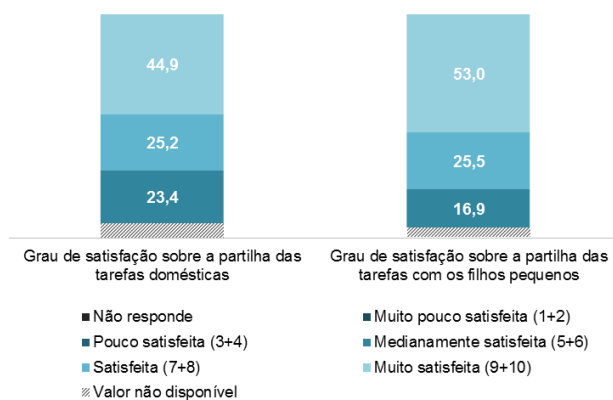
Para avaliar o grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas e das tarefas com filhos entre os membros do casal foi utilizada uma escala de 1 a 10, variando de “nada satisfeito” a “completamente satisfeito”.

**Cerca de 79% das mulheres assumiu estar satisfeita ou muito satisfeita com a divisão dos cuidados aos filhos pequenos**

As mulheres da Região reportam um grau de satisfação positivo em relação à divisão das tarefas domésticas e das tarefas com filhos pequenos.

Os resultados indicam que a maioria das mulheres expressa estar “muito satisfeita” ou “satisfeita” com a divisão das tarefas domésticas entre a própria e o seu cônjuge ou companheiro(a) (70,1%) (Figura 7.3). Também no que respeita à divisão das tarefas com filhos pequenos, a grande maioria indicou estar “muito satisfeita” ou “satisfeita” (78,5%), mostrando que a satisfação com a divisão dos cuidados aos filhos é superior à satisfação com a divisão das tarefas domésticas.

**FIGURA 7.3. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO O GRAU DE SATISFAÇÃO COM A DIVISÃO DAS TAREFAS DOMÉSTICAS E COM A DIVISÃO DAS TAREFAS COM FILHOS PEQUENOS (MENOS DE 15 ANOS), PARA QUEM TEM CÔNJUGE OU COMPANHEIRO/A (%), R. A. MADEIRA, 2019.**



À semelhança do inquérito de 2013, a operação de 2019 permite analisar a opinião das pessoas sobre um conjunto de questões relacionadas com valores e atitudes face à parentalidade. Não só as características demográficas e socioeconómicas podem ter uma grande influência nas motivações das mulheres para a fecundidade, mas também os seus valores e atitudes individuais, fortemente influenciados por contextos sociais e familiares, podem ser determinantes da fecundidade.

Neste sentido, é importante analisar as atitudes e valores das mulheres, dos 18 aos 49 anos, sobre a conciliação do trabalho com a vida familiar e sobre um conjunto de questões acerca da vida familiar e fecundidade.

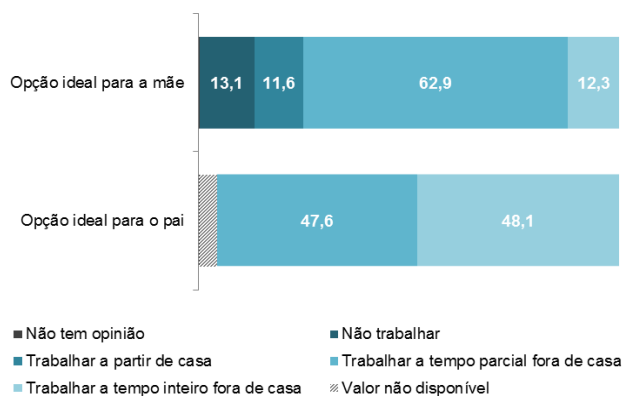
**Cerca de 63% das mulheres considera que a opção ideal para uma mãe conciliar o trabalho com a vida familiar é trabalhar a tempo parcial fora de casa**

A variável opção ideal para uma mãe e um pai conciliarem o trabalho com a vida familiar é aferida numa situação hipotética de uma família com crianças pequenas, até estas irem para a escola, e não na situação de conciliação entre trabalho e vida familiar da própria ou do cônjuge/companheiro.

No que respeita à opção ideal para uma mãe conciliar o trabalho com a vida familiar (Figura 7.4), a maioria das mulheres, dos 18 aos 49 anos, considera que a opção ideal é a mãe trabalhar a tempo parcial fora de casa (62,9%). Seguem-se as opções “não trabalhar” (13,1%), “trabalhar a tempo inteiro fora de casa” (12,3%) e “trabalhar a partir de casa” (11,6%).

A opção ideal para o pai é “trabalhar a tempo inteiro fora de casa” e “trabalhar a tempo parcial fora de casa”, segundo 48,1% e 47,6% das mulheres, respetivamente. “Não trabalhar” e “trabalhar a partir de casa”, são as opções menos mencionadas, sendo que uma pequena proporção das mulheres considera que o ideal é o pai não trabalhar ou trabalhar a partir de casa.

FIGURA 7.4. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO A OPÇÃO IDEAL PARA A MÃE E PARA O PAI CONCILIAR O TRABALHO COM A VIDA FAMILIAR (%), R. A. MADEIRA, 2019.



**Cerca de 79% das mulheres concorda que uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa**

Apesar de ser elevada a proporção de mulheres que considera que a opção ideal para uma mãe conciliar o trabalho com a vida familiar é ter mais disponibilidade para estar em casa (trabalhar a tempo parcial, trabalhar a partir de casa ou não trabalhar, 87,6%), a grande maioria concorda que “uma mãe que trabalha



**Direção Regional de Estatística da Madeira**  
*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*



fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa” (79,0%) (Figura 7.5). Esta concordância é ligeiramente superior em relação à figura paterna, sendo que 80,4% das mulheres concorda que “um pai que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como um pai que trabalha em casa”. Ainda no âmbito do trabalho, a maioria das mulheres discorda que seja prejudicial para uma criança que a mãe e o pai trabalhem fora de casa (55,7% no caso da mãe e 64,7% no caso do pai).

***Cerca de 87% das mulheres concorda que uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável***

As mulheres residentes na Região parecem estar em maior sintonia no que respeita à capacidade de uma mulher poder criar um filho sozinha, sendo que a grande maioria concorda que “uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável” (87,4%). A concordância não é tão unívoca no que respeita aos homens, sendo inferior a proporção de mulheres que concorda que “um homem pode criar um filho sozinho sem querer ter uma relação estável”, 71,9%. Não obstante, a maioria das mulheres também considera que uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada, 67,3%.

***Cerca de 82% das mulheres concorda que o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos***

O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa é apontado pela maioria das mulheres como fatores que influenciam a decisão das mulheres e dos homens não terem filhos, sendo dada menor relevância no caso dos homens. Enquanto 81,5% das mulheres concorda que “o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos”, apenas 67,2% concorda que estes fatores influenciam a decisão dos homens não terem filhos.

***Cerca de 56% das mulheres considera preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos***

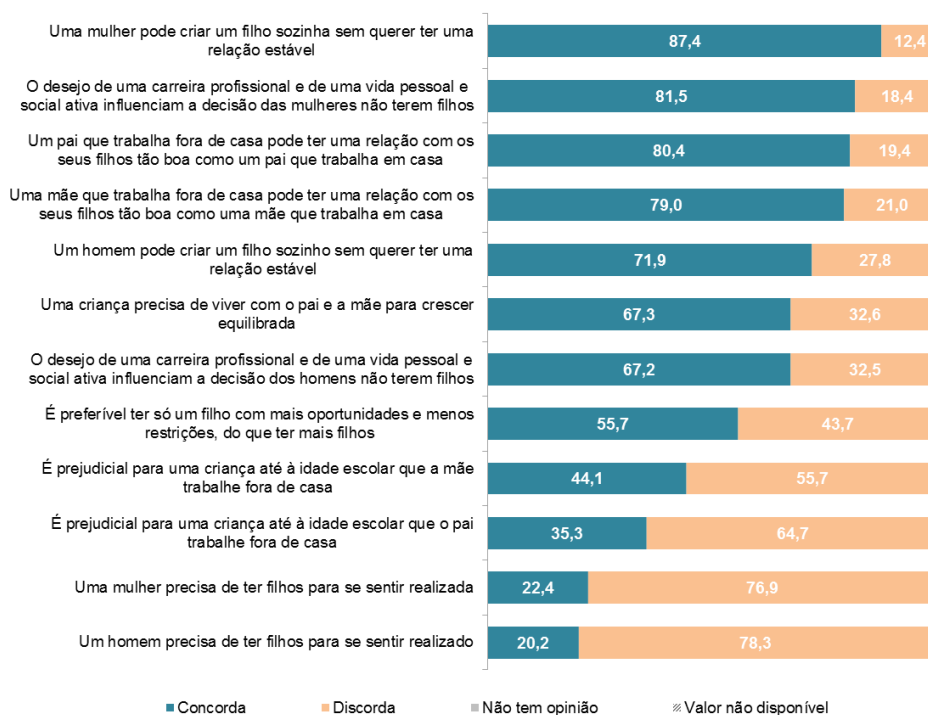
Sobre a conciliação entre quantidade de filhos e qualidade de vida dos mesmos, 55,7% das mulheres indicou que “é preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos”, mostrando que a maioria das mulheres considera que é preferível reduzir o número de filhos para que este tenha uma melhor qualidade de vida.

***Cerca de 77% das mulheres discorda que uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada***

No que respeita à importância da maternidade e paternidade para a realização pessoal, a grande maioria das mulheres discorda que uma mulher (76,9%) e um homem (78,3%) precisem de ter filhos para se sentirem realizados.



FIGURA 7.5. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS QUE CONCORDAM OU DISCORDAM COM AS AFIRMAÇÕES RELATIVAS À VIDA FAMILIAR E FECUNDIDADE (%), R. A. MADEIRA, 2019.



Após a análise de um conjunto de valores e atitudes acerca da vida familiar e fecundidade, importa compreender também a opinião das mulheres sobre o que para elas seria mais importante para incentivar a natalidade.

### 8. Medidas de incentivo à natalidade, 2019

O Inquérito à Fecundidade incluiu um conjunto de questões que tinham como objetivo conhecer a opinião das pessoas, não apenas sobre a necessidade de existência de incentivos à natalidade, mas também sobre as medidas consideradas importantes para tais incentivos.

A esmagadora maioria das mulheres, dos 18 aos 49 anos, residentes na Região, considera que a natalidade deve ser incentivada ao nível da população em geral, sendo que 94,1% considera que devem existir ajudas para que as pessoas tenham mais filhos.

Relativamente às medidas de natalidade, foram considerados 4 dimensões de intervenção, no âmbito de:

- Condições de trabalho, que incluiu as medidas “flexibilizar os horários de trabalho para mães e pais com filhos pequenos”, “alargar os períodos de licença parental para mães e pais”, “aumentar as oportunidades a tempo parcial para mães e pais”;
- Acesso a serviços para ocupação dos filhos, incluindo medidas como “alargar a rede e o acesso a creches, jardins-de-infância e ATL”, “alargar os horários de funcionamento de creches, jardins-de-infância e ATL” e “assegurar o transporte das crianças para as creches, escolas e ATL”;
- Rendimentos das famílias com filhos, cujas medidas apresentadas foram “aumentar os subsídios relacionados com educação, saúde, transporte, habitação e alimentação dos agregados com filhos”, “reduzir os impostos para as famílias com filhos, incluindo aumentar as deduções fiscais para quem tem filhos” e “alargar a cobertura e aumentar o valor do abono de família para crianças e jovens”;



**Direção Regional de Estatística da Madeira**  
*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*



- Outras medidas, tais como “atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos”, “reconhecer a importância dos avós enquanto cuidadores das crianças pequenas”, “aumentar o acesso e a participação nos tratamentos para a infertilidade”.

Dentro de cada dimensão mencionada anteriormente, o desenho do inquérito permitiu que as pessoas organizassem as respetivas três medidas como a primeira, segunda e terceira medidas mais importantes. Assim, em cada dimensão, analisamos as opiniões das mulheres residentes na Região, dos 18 aos 49 anos, sobre as medidas de incentivo à natalidade, pelo grau de importância: “a mais importante” (1ª), “importante” (2ª) e “menos importante” (3ª).

***No âmbito das condições de trabalho, cerca de 82% das mulheres considera importante ou mais importante flexibilizar os horários de trabalho para mães e pais com filhos pequenos***

No âmbito das condições de trabalho (Figura 8.1), a medida de incentivo mais comumente referida pelas mulheres como importante ou a mais importante foi “flexibilizar os horários de trabalho para mães e pais com filhos pequenos” (82,0%), seguindo-se “alargar períodos de licença parental para mães e pais” (66,1%).

Já “aumentar as oportunidades de trabalho a tempo parcial para mães e pais” foi a medida mais frequentemente referida como a menos importante (48,3%).

***No contexto de serviços para ocupação dos filhos, aproximadamente 79% das mulheres considera importante ou mais importante alargar a rede e o acesso a creches, jardins-de-infância e ATL***

Sobre o acesso a serviços para ocupação dos filhos (creches, jardins-de-infância e ATL) (Figura 8.2), a maioria das mulheres considerou importante ou mais importante alargar a rede e o acesso a esses serviços (78,9%) e alargar também o seu horário de funcionamento (63,3%).

A medida “assegurar o transporte das crianças para as creches, escolas e ATL foi mais frequentemente indicada como a menos importante (42,4%).

***No âmbito dos rendimentos das famílias com filhos, cerca de 78% das mulheres considera importante ou mais importante aumentar os subsídios relacionados com educação, saúde, entre outros***

No contexto dos rendimentos das famílias com filhos (Figura 8.3), a medida “aumentar os subsídios relacionados com educação, saúde, transporte, habitação e alimentação dos agregados com filhos” foi apontada como importante ou a mais importante por 77,5% das mulheres. Segue-se “reduzir os impostos para as famílias com filhos, incluindo aumentar as deduções fiscais para quem tem filhos” com 67,5% das mulheres a indicarem esta resposta como uma medida importante ou mais importante.

A medida “alargar a cobertura e aumentar o valor do abono de família para crianças e jovens” foi apontada por 45,6% das mulheres como a menos importante.

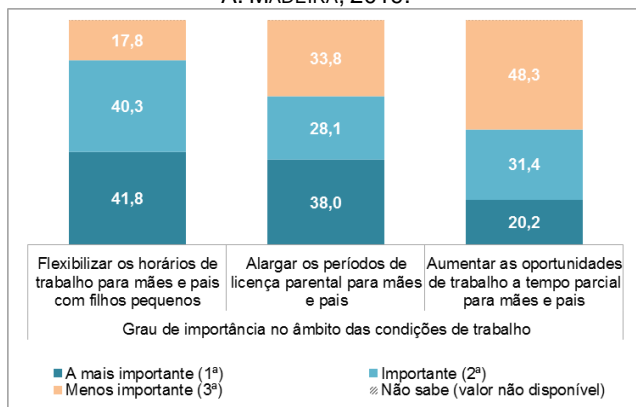
***Cerca de 78% das mulheres considera importante ou mais importante atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos***

No âmbito de outras medidas (Figura 8.4), 77,9% das mulheres indicou como medida importante ou a mais importante para incentivar a natalidade “atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos”, seguindo-se a medida “reconhecer a importância dos avós enquanto cuidadores das crianças pequenas” (75,8%).

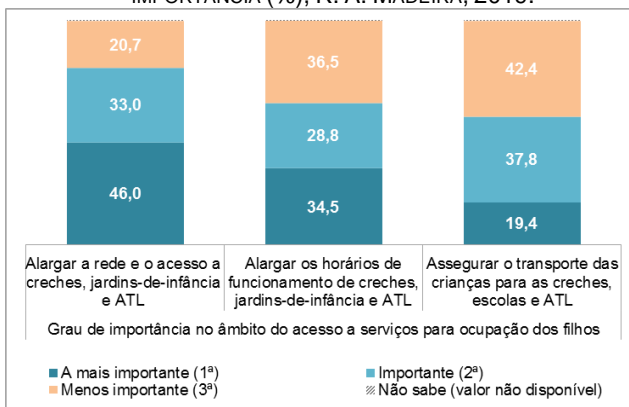


Já a medida “aumentar o acesso e a comparticipação nos tratamentos para a infertilidade” foi mais frequentemente apontada como a menos importante pela maioria das mulheres residentes na Região (53,9%), talvez porque esta seja uma realidade vivida por um pequeno subgrupo da população feminina. De facto, a partir deste inquérito, uma pequena proporção das mulheres, dos 18 aos 49 anos, assume que a própria ou o cônjuge/companheiro já recorreu à utilização de métodos de procriação medicamente assistida.

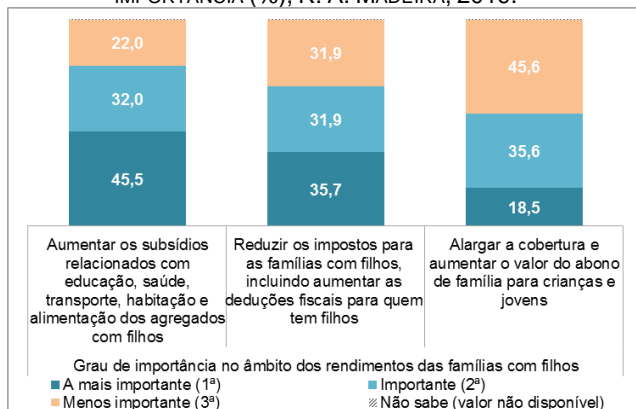
**FIGURA 8.1. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO AS MEDIDAS DE INCENTIVO À NATALIDADE NO ÂMBITO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, POR GRAU DE IMPORTÂNCIA (%), R. A. MADEIRA, 2019.**



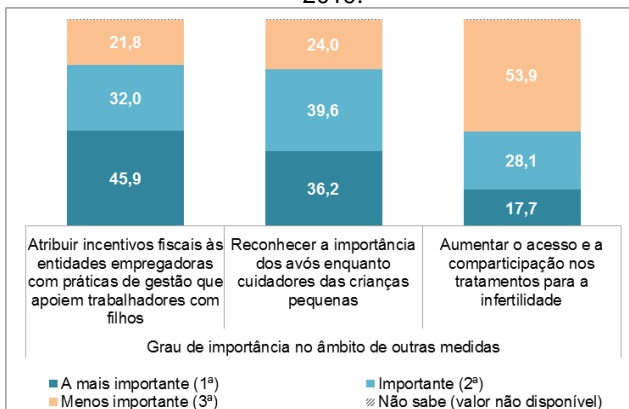
**FIGURA 8.2. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO AS MEDIDAS DE INCENTIVO À NATALIDADE NO ÂMBITO DO ACESSO A SERVIÇOS PARA OCUPAÇÃO DOS FILHOS, POR GRAU DE IMPORTÂNCIA (%), R. A. MADEIRA, 2019.**



**FIGURA 8.3. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO AS MEDIDAS DE INCENTIVO À NATALIDADE NO ÂMBITO DOS RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS COM FILHOS, POR GRAU DE IMPORTÂNCIA (%), R. A. MADEIRA, 2019.**



**FIGURA 8.4. MULHERES DOS 18 AOS 49 ANOS, SEGUNDO AS MEDIDAS DE INCENTIVO À NATALIDADE NO ÂMBITO DE OUTRAS MEDIDAS, POR GRAU DE IMPORTÂNCIA (%), R. A. MADEIRA, 2019.**



### **Nota Técnica:**

O Inquérito à Fecundidade 2019 foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço económico europeu (EEA Grants 2014-2021) no âmbito do Programa Conciliação e Igualdade de Género, junto de uma amostra selecionada de residentes no território nacional. O seu principal objetivo foi obter informação que permitisse caracterizar os padrões de fecundidade em Portugal, bem como contribuir para a compreensão das atitudes, valores e fatores socioeconómicos que influenciam a decisão de ter ou não filhos. A informação obtida constitui um relevante instrumento de apoio à definição e avaliação de políticas relacionadas com a família e a natalidade.

A informação foi recolhida por entrevista presencial, no domicílio das pessoas selecionadas. A recolha de dados teve lugar entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, portanto os resultados reportam-se a um período anterior à atual pandemia da COVID-19, pelo que os eventuais efeitos da pandemia nos padrões de fecundidade da população não são captados nos resultados divulgados.

As entrevistas decorreram em cerca de 10 mil alojamentos, distribuídos por todas as regiões do Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Foi inquirida uma amostra de mulheres com idades entre os 18 e 49 anos, representativa da população feminina a nível de país e de NUTS II, e de homens com idades entre os 18 e 54 anos, representativa da população masculina a nível de país, que resultou num total de 7 709 entrevistas conseguidas. Na Região, a recolha de informação foi efetuada pela DREM, junto de 1 231 alojamentos, resultando num total de 850 entrevistas conseguidas ao indivíduo, sendo que 628 dessas entrevistas diziam respeito a mulheres em idade fértil. A resposta ao inquérito era obrigatória - Lei nº 22/2008, de 13 de Maio.

Para uma análise mais detalhada da metodologia seguida, sugere-se a leitura do documento metodológico em:

<http://smi-i.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1560>

O suporte de recolha pode ser consultado em:

<https://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/?id=10369&lang=PT>

### **Conceitos utilizados e notas explicativas:**

**Background migratório** - Tipologia definida a partir da conjugação da informação sobre o país de nascimento do próprio, do pai e da mãe: pessoas sem *background* migratório (nascidas em Portugal e cujos pais nasceram ambos em Portugal); pessoas com *background* migratório (nascidas fora de Portugal ou nascidas em Portugal mas com pelo menos um dos pais nascidos fora de Portugal).

**Esperança de vida à nascença** - Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

**Fecundidade desejada** - Número de filhos biológicos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida, independentemente dos que têm e dos que pensam vir a ter.

**Fecundidade final esperada** - Número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas acrescido do número de filhos que pensam vir a ter no futuro (incluindo a gravidez atual, caso se aplique).

**Fecundidade intencional** - Número de filhos biológicos que as pessoas pensam vir a ter no futuro (incluindo a gravidez atual, caso se aplique).

**Fecundidade realizada** - Número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas até ao momento de referência do inquérito.

**Ideal de filhos numa família** - Número de filhos (biológicos, adotados, enteados ou outros) considerado pelas pessoas como ideal para uma família, independentemente de ser a sua.

**Índice Sintético de Fecundidade (ISF)** - Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

**Idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho** - Para um determinado ano civil, a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho é calculada usando as taxas de fecundidade específicas por idades entre 15 e 49 anos, convencionalmente definido como o intervalo de idade fértil das mulheres, para os nascimentos de primeira ordem (primeiros filhos).

**Índice de envelhecimento** - Relação entre a população idosa (65 ou mais anos) e a população jovem (menos de 15 anos), expressa habitualmente como o número de idosos por cada 100 jovens.

**Nível de escolaridade** - Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.



**Direção Regional de Estatística da Madeira**

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"